

ENTREVISTA DA 2ª

Ricupero quer legalizar garimpos no país

Ministro diz que custos da preservação ambiental precisam ser incorporados ao planejamento econômico

DANIELA CHIARETTI
Do Banco de Dados

Encontrar uma solução para um dos mais intrincados problemas da Amazônia, o garimpo, é uma meta que o diplomata Rubens Ricupero, há três meses ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pretende alcançar. "O garimpeiro não pode ser tratado como um fora-da-lei", diz ele. "É preciso que saia da clandestinidade." Ricupero quer fazer o que a Constituição previu há cinco anos mas que jamais saiu do papel —instalar reservas de garimpagem.

Ele também pretende descentralizar a gestão ambiental e tornar compatíveis a atividade econômica e a proteção ambiental: "A dimensão ambiental tem que ser incluída no planejamento. Ela tem que fazer parte da própria estrutura de custo do desenvolvimento econômico."

Folha - A internacionalização da Amazônia é um risco verdadeiro ou apenas uma estratégia nacionalista?

Ricupero - O interesse internacional pela Amazônia não é em si mesmo nem bom nem mau. Ele é neutro. O fato de existir um interesse muito grande sobre a Amazônia pode ser uma alavanca importante na obtenção de financiamentos e doações. O interesse pela Amazônia está gerando hoje um forte fluxo de turismo ecológico. Boa parte do turismo da região, mais de 150 mil turistas por ano, é de estrangeiros atraídos por este lado. É esta a realidade que vejo. Quais são os exemplos concretos negativos da internacionalização da Amazônia? Eu não conheço. Conheço os positivos.

Folha - Em agosto, quando o Conselho de Defesa Nacional foi convocado pela primeira vez pelo presidente Itamar Franco e se aprovou o Sistema de Vigilância da Amazônia, este assunto surgiu de novo.

Ricupero - O Sistema de Vigilância da Amazônia serve pa-

ra dar um mínimo de condições na região e permitir o controle de aviões de narcotraficantes e contrabandistas. Acho que o tema da internacionalização da Amazônia revela uma falta de renovação do debate. Quando vim ao Brasil, há quase 15 anos, para começar a negociação do Tratado Amazônico, já se falava disto. É um tema que não se renova. Não se discutem assuntos realmente relevantes, como o conhecimento científico que se tem da área, sua vocação para o desenvolvimento, os problemas da população. Tenho uma certa impaciência com isto porque acho que se trata de um falso debate.

Folha - Qual o papel das militares na Amazônia?

Ricupero - Acho essencial o papel das Forças Armadas na Amazônia, na região de fronteira. Em muitos destes pontos praticamente a única presença do Estado é a das Forças Armadas. É uma presença natural, mesmo porque a principal função das Forças Armadas é a proteção do território.

Folha - Recentemente, ao ser



Ministro do Meio Ambiente e Amazônia, Rubens Ricupero, concede entrevista no Ibama

instalado o Conselho Nacional da Amazônia, o sr. teria falado nas dificuldades de se aplicar a legislação para o garimpo. Quais são as dificuldades?

Ricupero - Acabamos de criar um grupo de trabalho específico sobre garimpo e mineração que será coordenado pelo Ministério de Minas através do Departamento Nacional de Produção Mineral. Hoje o grande problema do garimpo não é falta de recursos mas uma legislação praticamente inaplicável, que torna a atividade quase clandestina.

Folha - Por quê?

Ricupero - A Constituição entendeu que o garimpo deveria

ser organizado sob forma de cooperativas, o que é uma visão um pouco irrealista. As cooperativas acabam sendo propriedade das pessoas que são donas do equipamento. O garimpo já não é mais a atividade artesanal do passado, é uma atividade fortemente mecanizada com dragas e motobombas. A legislação continua com dispositivos e entraves que acabam fazendo com que não seja viável colocar em funcionamento as reservas de garimpagem criadas pela lei mas nunca implementadas. O que se deseja é fazer aprovar rapidamente uma legislação moderna sobre garimpo e mineração e que permita uma ação integrada.

Folha - Envolvendo quais ministérios?

Ricupero - O Ministério de Minas, do Meio Ambiente, da Saúde, do Trabalho e Previdência, por exemplo. No garimpo é preciso fiscalizar e orientar para o uso de técnicas não poluentes, é preciso que haja assistência à saúde. Hoje mais de 75% dos garimpeiros sofrem de malária endêmica. É preciso regulamentar sua situação do ponto de vista do trabalho. O Ibama precisa estar presente para evitar o uso de equipamentos que levam ao assoreamento dos rios. E tudo isto necessita de uma legislação que infelizmente não existe. Nunca foi votada a lei complementar regulamentando as reservas de garimpo. Esta vai ser a nossa principal prioridade.

Folha - Qual a sua radiografia do garimpo?

Ricupero - É uma atividade auto-sustentável, desde que se zele para que não existam atentados ao meio ambiente. São 400 mil garimpeiros no Brasil. Um levantamento recente entrevistou mais de 85 mil garimpeiros e revelou que 52% deles vieram da agricultura e gostariam de regressar a ela se tivessem oportunidade. O garimpeiro não pode ser tratado como um fora-da-lei. Ele é um trabalhador brasileiro, uma vítima dos problemas sociais brasileiros. É preciso que saia da clandestinidade. Infelizmente, as nossas leis atuais praticamente condenam o garimpo à clandestinidade, que é o pior dos mundos possíveis, porque não é controlado, o governo não consegue impedir nem orientar. Temos que reconhecer que é uma realidade e procurar disciplinar esta atividade.

Folha - Há outros grupos como o que estuda o garimpo?

Ricupero - Acabam de ser criados oito grupos principais que trabalharão sobre ciência e tecno-

logia, vigilância, áreas indígenas, relações internacionais, garimpo e mineração, assuntos sociais, desenvolvimento sustentável, saúde e educação na Amazônia. E outros que vamos formar, um para criar o Fórum Nacional para a Amazônia, um órgão da sociedade civil em contato com o governo. E outro sobre o Programa de Voluntariado Civil.

Folha - Qual a atuação do ministério na questão indígena?

Ricupero - O nosso ministério, nesta parte amazônica, é mais um órgão coordenador. No fundo, o Ministério da Amazônia não tem nenhum assunto próprio mas não há nenhum assunto da Amazônia que lhe seja alheio. Sua função é

O garimpeiro é um trabalhador, uma vítima dos problemas sociais

coordenar a ação de mais de vinte órgãos federais desta área.

Folha - E as queimadas?

Ricupero - O problema cresceu muito. Nos últimos três anos foi reduzido em cerca de 50%. Hoje, também, a média de desmatamento está em menos de 10 mil quilômetros quadrados por ano. Há quatro anos era de mais de 20 mil. As razões são várias. Uma delas é a suspensão dos incentivos fiscais dos grandes projetos agropecuários, outra é a vigilância do Ibama.

Folha - Qual é a estrutura da área ambiental no governo?

Ricupero - O Brasil é talvez o único país do mundo que convive com problemas ambientais de sociedades industrializadas em estágio avançado e, ao mesmo tempo, com problemas de sociedades em desenvolvimento ou não desenvolvidas. Para fazer frente a isto é preciso organizar o setor federal e descentralizar a gestão ambiental.

Folha - Como o sr. está fazendo isto?

Ricupero - A primeira parte estamos fazendo com a própria criação do ministério. Havia a Secretaria do Meio Ambiente, que era pequena, menor do que a Embaixada em Washington que chefiou. Há poucos dias conse-

RAIO X

Nome: Rubens Ricupero
Nascimento: 1.º de março de 1937, São Paulo (SP)
Estado Civil: casado com Marisa Parolari, 4 filhos
Formação escolar: Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (bacharel) e Curso de Preparação à Carreira Diplomática
Principais cargos
• Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores no governo Sarney (1981-1985)
• Assessor internacional do presidente eleito Tancredo Neves (1984-1985)
• Assessor especial do presidente José Sarney (1985-1987)
• Representante permanente do Brasil em Genebra (1987-1991)
• Presidente do Conselho dos Representantes do Gatt (1990)
• Embaixador do Brasil em Washington (1991-1993)
• Ministro do Meio Ambiente da Amazônia Legal (93)

guimos que o Congresso aprovasse a medida provisória que criou o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia, o que faz com que ele tenha uma existência definitiva.

Folha - Qual o tamanho do ministério?

Ricupero - O Ibama está presente em 28 unidades e tem mais de 500 postos municipais. Mas mesmo assim é muito pouco. O Estado de São Paulo, que contém menos de 3% da área brasileira, conta com cerca de 10 mil pessoas na área ambiental e a União não chega a ter 7 mil pessoas para todo o território brasileiro. Os Estados Unidos têm mais de 50 mil funcionários para uma área territorial comparada à nossa. No Parque Nacional do Pico da Neblina, para se ter uma idéia, há dois milhões de hectares e temos apenas dois funcionários. E evidentemente não é como nos filmes americanos, onde há computadores extraordinários, helicópteros, não é nada disso.

Folha - Então, qual a forma de se superar a falha estrutural?

Ricupero - Delegar. Mesmo porque a realidade brasileira é muito diferenciada. Há ecossistemas muito diferentes. E preciso descentralizar a política de meio ambiente. Fizemos um encontro em São Paulo em novembro, neste sentido, vão haver outros quatro encontros regionais entre fevereiro e março e, em maio, eles culminarão na adoção de uma política concreta de descentralização. Estou também fazendo encontros com a indústria florestal, com o setor de pesca e borracha e agora vou ter outro com as grandes empresas, depois com a comunidade científica e com os partidos políticos. Estou tentando alcançar uma compatibilização entre a atividade econômica e a proteção ambiental.

Folha - Qual a perspectiva da temática ambiental?

Ricupero - O meio ambiente deveria estar presente em todos os ministérios. A questão ambiental tem que estar presente na atividade econômica de maneira intrínseca e não de fora para dentro. A crise que o Brasil vive e da qual tem muita dificuldade em sair se deve a conflitos muito agudos de caráter distributivo. Uma sociedade que acumulou níveis tão profundos de desigualdades entre as classes e as regiões tem enorme dificuldade em gerar um consenso mínimo para ter um novo projeto de desenvolvimento. A dimensão ambiental tem que ser incluída no planejamento. Ela tem que fazer parte da própria estrutura de custo do desenvolvimento econômico.

CONTRAPONTO

Líder garimpeiro critica plano do ministro

Do Banco de Dados

Parece paradoxal: o maior obstáculo que o ministro Rubens Ricupero terá que superar para implementar as reservas de garimpagem não virá de ambientalistas radicais. Ele terá que convencer os próprios garimpeiros.

"Garimpagem é busca, é procura, é dinâmica", diz José Altino Machado, 51, um dos líderes garimpeiros mais conhecidos do país —ex-presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal). "Um curral garimpeiro nunca vai funcionar e sempre

ficará a pecha que o garimpeiro descumpra a lei", diz ele.

Para Machado não há dúvidas de que as reservas de garimpo não funcionarão. "A garimpagem não vai ficar dentro de limites geográficos." Ele não acredita no trabalho de pesquisa dos técnicos do governo. "O governo nunca administrou o trabalho de mineração na Amazônia. A garimpagem não pode ser organizada. Foi Deus quem estabeleceu as reservas, através da natureza."

Propriedade
Segundo Machado, a única

forma de se equacionar o problema do garimpo será concedendo o "direito da descoberta" aos garimpeiros. Ou seja, permitir o registro ao garimpeiro que descobrir uma jazida. "A confusão toda em torno da garimpagem é a questão da propriedade", afirma Machado. O problema, segundo ele, "é saber se a terra é propriedade indígena, se é das empresas de mineração, se pertence à União ou é do garimpeiro." O garimpo, segundo Machado, não pode ser organizado. "Sonhos e boa vontade não vão resolver o problema."

(Daniela Chiaretti)